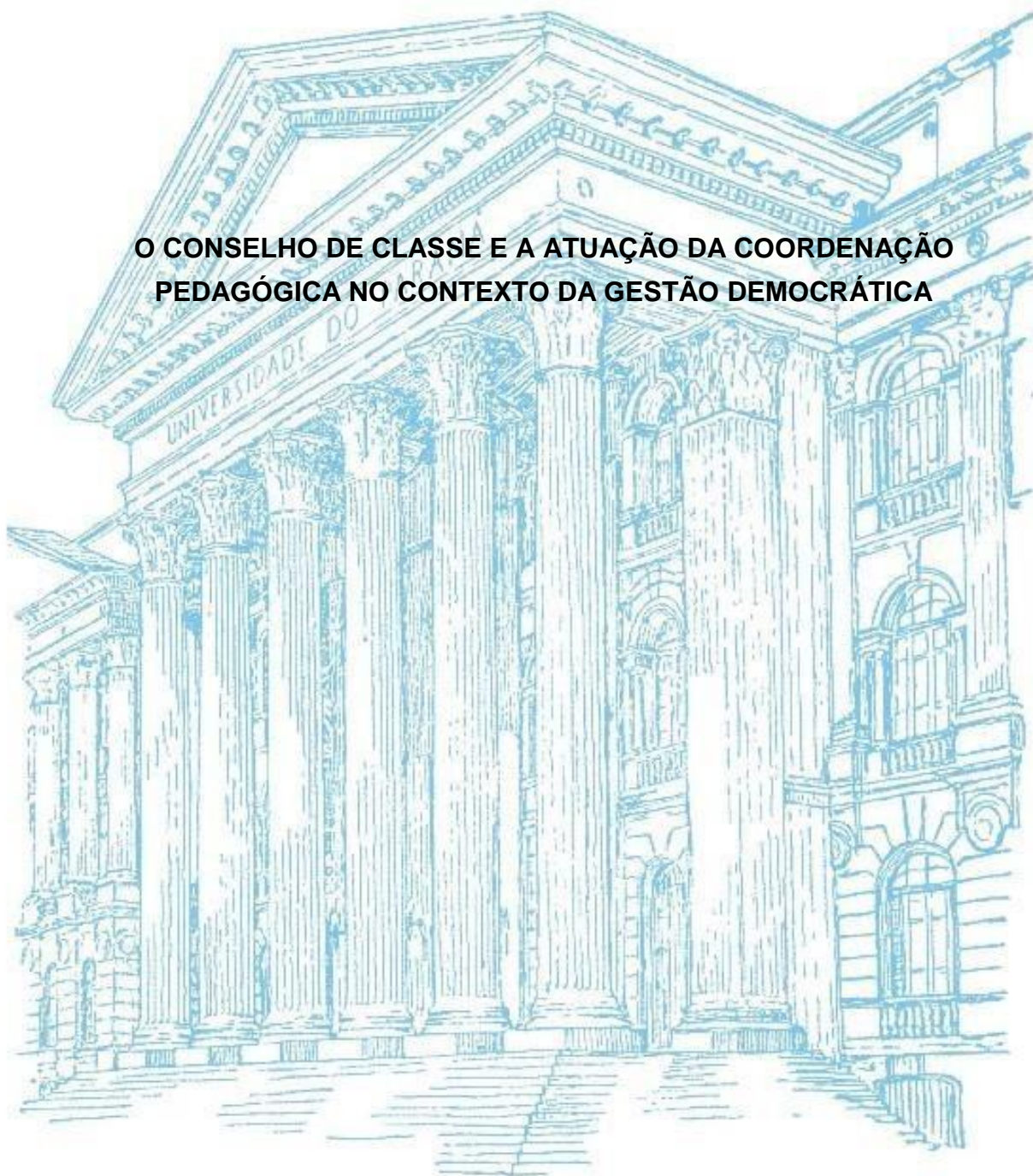


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

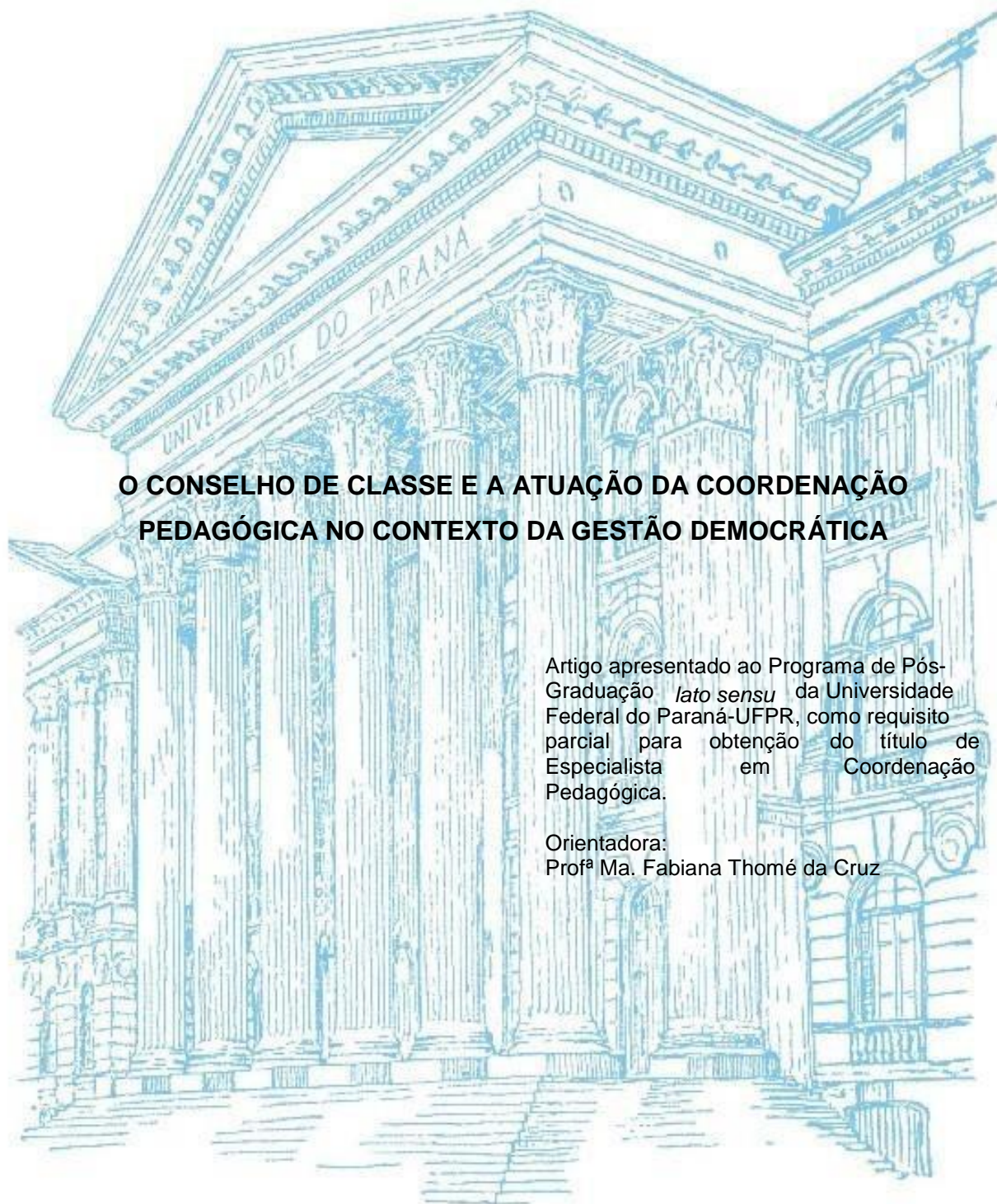
TANIA MARA DA SILVA BUENO

**O CONSELHO DE CLASSE E A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**



CURITIBA, 2016

TANIA MARA DA SILVA BUENO



**O CONSELHO DE CLASSE E A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação *lato sensu* da Universidade Federal do Paraná-UFPR, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Coordenação Pedagógica.

Orientadora:
Profª Ma. Fabiana Thomé da Cruz

CURITIBA

2016

O CONSELHO DE CLASSE E A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

TANIA MARA DA SILVA BUENO¹

RESUMO

A reflexão sobre a prática do Conselho de Classe visa contribuir no processo de Ensino e Aprendizagem no sentido de dar vida às ações ora praticadas na escola. Pretende-se que as reflexões deste momento façam com que as pessoas saiam da zona de conforto de um simples ato de aprovar ou reprovar, e percebam que se faz necessária uma avaliação plena do real trabalho pedagógico realizado, considerando que o Conselho de Classe é um órgão colegiado e se constitui num momento importante da avaliação escolar. Desta forma, este trabalho apresenta uma reflexão que propõe a superação das velhas práticas, onde todos os atores estejam envolvidos e responsabilizados pelos resultados, resgatando o sentido real da prática avaliativa no processo pedagógico. A pesquisa foi realizada num Colégio Estadual de Ensino Médio regular, turno matutino, numa abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa etnográfica por meio da observação participante, considerando que existe um grau de interação com a situação problematizada e também a análise documental, onde foi possível a leitura e interpretação de vários documentos como: atas de Conselhos de Classe 2014/2015, PPP, Regimento Escolar, materiais disponíveis no ambiente de Estudo da Coordenação Pedagógica para a revisão de literatura, e fichas de Conselhos de Classe para contextualizar as informações e, desta forma, reconhecer a necessidade de ultrapassar as barreiras que impedem que o Conselho de Classe seja o espaço de avaliação, auto avaliação e análise do processo pedagógico para posterior reestruturação da prática.

Palavras-Chave: Conselho de Classe; Avaliação; Gestão Democrática; Conselho Participativo.

¹ Artigo produzido pela cursista Tania Mara da Silva Bueno, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, Email: taniamsbueno@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.” (Paulo Freire)

Esta pesquisa visa a reflexão sobre práticas conservadoras ainda vigentes na atuação da equipe pedagógica de uma Escola da Rede Pública Estadual do Paraná, na cidade de Lapa, buscando indícios e possibilidades de superação dessas práticas. Superação com a proposição de intervenções eficazes no processo de ensino aprendizagem, oportunizando maior qualidade aos alunos, no que diz respeito ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores. Visa, ao identificar e questionar práticas arraigadas, oportunizar uma gestão escolar mais democrática e participativa, que se configure em maior participação e representatividade no Conselho de Classe. Desta forma, busca-se melhorar a ação pedagógica dos profissionais envolvidos na construção de um trabalho coletivo pautado na gestão democrática participativa, os quais ao longo do processo permitem a modificação no contexto escolar superando práticas obsoletas que impedem a participação de todos no processo de ensino aprendizagem.

Para tanto, é necessário fortalecer o exercício dialético ampliando os momentos de debate e diálogo que perpassam o Conselho de Classe para além desse momento, e refletir sobre a ação do fazer pedagógico numa prática avaliativa permanente, que conduza a análise dessa participação dos alunos, da família e da comunidade escolar no processo educativo, para então, auxiliar o professor a superar os problemas diagnosticados propondo intervenções que envolvam a comunidade escolar.

Gestão democrática implica que a comunidade escolar assuma o seu papel, de membro integrante e participante ativo da escola, e não apenas de fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. A escola pública democrática consolida-se também por meio do Conselho de Classe, onde todos os envolvidos neste processo podem vir a ser convidados a tomar decisões coletivas.

Gestão democrática implica no compromisso de assumir uma postura inovadora, refletindo sobre a política educacional e contribuindo para a concretização das ações transformadoras. Para tanto, entre os documentos que subsidiam a prática da gestão democrática está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/1996 , que orientam quanto ao princípio da gestão democrática na escola pública. O estudo aponta para a necessidade de fazer com que a comunidade tenha a oportunidade de participar efetivamente desse processo.

“E isso só terá condições de acontecer na medida em que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização da escola puderem participar ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los” (PARO et al., 1988, p.228)

Na gestão democrática, todos são chamados a pensar, avaliar e agir coletivamente, diante das necessidades apontadas pelas relações educativas, percorrendo um caminho que se estrutura com base no diagnóstico das dificuldades e necessidades e do conhecimento das possibilidades do contexto. Desta forma, a participação de todos nos processos de decisão, planejamento e execução de ações são primordiais, mas nem sempre esse espaço se concretiza, pois nem todos têm voz e vez nesse processo. (DALBEN, 2004, p. 55).

Assim, cabe realizar uma reflexão da realidade para repensar a prática pedagógica exercida no Conselho de Classe atual visando superar práticas arraigadas explicitadas numa postura autoritária e centralizadora por parte da Equipe Pedagógica. O espaço do Conselho de Classe é um dos mais importantes, pois é o espaço prioritário de discussão pedagógica junto ao coletivo escolar, onde os envolvidos têm a possibilidade de estar avaliando e autoavaliando o processo educativo, apresentando um caráter mediador. Desta forma, pode-se afirmar o papel primordial da avaliação como instrumento valioso em que educadores e educandos têm a possibilidade de torná-la produtiva, dinâmica e construtiva de novas práticas, garantindo o caráter formativo.

Segundo Paro

“Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública com a participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica. (...) Não quer dizer que não possa vir a existir”(PARO, 2004, p.09)

De acordo com Souza (2009), ao articular a escola pública, o poder e a democracia, identificam-se elementos que possibilitam a construção de um conceito de gestão escolar democrática, reconhecendo-a como um processo político que é mais amplo do que apenas as tomadas de decisão e que é sustentado no diálogo e na alteridade; na participação ativa dos sujeitos do universo escolar, na construção coletiva de regras e procedimentos e na constituição de canais de comunicação, de sorte a ampliar o domínio das informações a todas as pessoas que atuam na/sobre a escola.

Portanto, conhecer a legislação e garantir que a prática esteja em consonância com a lei é também função de cada educador numa gestão democrática. O artigo 4, inciso IX da LDB diz que “é dever do Estado a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino para desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”.

A LDB (BRASIL, 1996), em seu artigo 24, dispõe sobre a necessidade de “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do educando, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre eventuais provas finais”, então será o mecanismo do Conselho de Classe um dos momentos imprescindíveis de discussão acerca de todo o processo de ensino e aprendizagem. Essa prática pedagógica deve ser levada a sério pelos educadores, de tal forma que possa se tornar garantia permanentemente de ações transformadoras da prática pedagógica.

Tais ações podem proporcionar instrumentos que incentivem e valorizem avanços, tanto no que concerne ao desempenho do aluno como do professor, e de todo o processo pedagógico, com a intencionalidade da superação de problemas/dificuldades, permitindo que ajustes importantes sejam realizados nesse contexto.

2. A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO PERMANENTE

A Educação é um processo permanente na vida dos sujeitos de toda sociedade e acontece em vários espaços educativos.

“Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular a escola com a comunidade educativa de um território, é um sonho, uma utopia, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual” (GOHN, 2006, p.36)

Porém, deve-se considerar que é na Escola que esse ato de educar se concretiza em seus diversos ambientes de Formação. Sendo a Educação Formal aquela desenvolvida nas escolas, onde o agente é o professor. Essas instituições são regulamentadas por lei, e espera-se que haja uma aprendizagem efetiva garantindo a certificação e o sucesso do aluno. A educação formal é organizada de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), sendo que os conteúdos são previamente demarcados, há cronogramas e planejamentos.

Já a Educação Informal é aquela que os sujeitos aprendem durante seu processo de socialização, na família, no bairro, no clube, com os amigos e vem carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. Os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa, etc. Tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia. Na Educação informal os resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente.

A Educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. O grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. Os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e sujeitos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação). Aproxima o sujeito da realidade, sendo que é fundamental atuar em espaços diferentes de aprendizagem, como: museu, parques, feiras, tendo o trabalho de campo influência positiva na compreensão e construção de novos conceitos e aprofundamento de temas.

A Educação não formal poderá desenvolver, como resultados, uma série de processos tais como: consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepções de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada

comunidade; formar o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacita-o para entrar no mercado de trabalho). Quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes, a Educação não formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam, simplificada, como a autoestima). Ou seja, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças: raciais, étnicas, religiosas, culturais. Os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática e aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca.

De acordo com Gohn (2006), é possível compreender que as escolas contemporâneas tem um papel fundamental de tornar esse espaço de formação e aprendizagem da educação formal, em espaços de desenvolvimento da educação não formal, atuando como agentes de construção de saberes, articulando novas ações que retomem o sentido de ser e pertencer da humanidade.

Paulo Freire (1997) também fala sobre o comprometimento da Escola Pública, a qual deve ser popular e também democrática. Propõe que haja novas relações em seus diferentes níveis, espaços, culturas. Que haja espaços de discussão, de reflexão, e que seja antes de tudo uma escola mais competente e séria. Importa a escola por dentro, mas também o seu entorno, ou seja, a participação daqueles que estão fora da escola, interferindo na gestão da política educacional, fazendo democracia e não fazendo uma falsa participação. É um desafio que a escola competente tem nos dias de hoje, em saber que democratizar é assumir como seu o prédio, como sua a Educação, superando a prática autoritária, causando vontade de mudar, interferindo no espaço educativo, como tão bem fala Paulo Freire.(FREIRE, 1997)

A Escola deve ir além dos muros e se envolver com os projetos da comunidade, porque um se preocupa com o outro e porque a participação isolada de ambos não surtirá os resultados esperados, é preciso dar as mãos, sem idealizar, mas combatendo problemas locais. Superando a postura passiva, integrando as atividades realizadas e as possibilidades de desenvolver diversas linguagens, trabalhar com a pesquisa, conhecer a história de cada um, formar

parcerias, buscar conhecer seus espaços educativos e torná-los democráticos, criando possibilidades de participação efetiva.

Assim, cabe reconhecer que o Conselho de Classe é o espaço que propõe participação, discussão e encaminhamento de soluções. A escola neste contexto deve considerar a participação, o diálogo e a coletividade, ampliando canais de comunicação, a fim de superar os obstáculos e ter a comunidade como parceira nesse processo.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA: IMPASSES E DESAFIOS

Na Escola foco desta pesquisa, percebe-se que está se iniciando um processo de amadurecimento quanto às reflexões que envolvem a prática, porém a passos lentos, ainda há muito que melhorar neste sentido.

De acordo com Dalben (2004), “a escola se constrói na sua relação com a sociedade, sendo um reflexo das necessidades socioculturais de cada época”. E essa Formação Educacional pela qual lutamos e almejamos requer condições favoráveis para tornar o conhecimento acessível a todos conforme prevê a Constituição Federal/88 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da educação Brasileira 9394/96 (BRASIL, 1996). No entanto, inúmeras vezes percebemos e nos vemos em meio a situações no ambiente educacional em que as Leis nem sempre são cumpridas conforme e de acordo com o que se propõe.

Importante entender que em 1988 nasciam os conselhos nas instituições educacionais, considerando que até então a escola e as reuniões de escola tinham caráter essencialmente opressor e autoritário, as reuniões com o colegiado eram de caráter apenas consultivo e deliberativo. Somente a partir das pressões populares que lutavam pela redemocratização e participação nas decisões é que se iniciaram de forma muito lenta experiências de gestão colegiada democrática.

A implantação da gestão democrática na escola pública implica em: participação da comunidade escolar e a participação dos profissionais da educação na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico – PPP, conforme disposto no artigo 14 da LDB (BRASIL, 1996). A lei procurou respeitar a autonomia e liberdade dos estabelecimentos de ensino na organização do seu Projeto Político Pedagógico.

O PPP é a representação dos objetivos, dos anseios que o coletivo almeja para a comunidade escolar, é o caminho que queremos trilhar, por isso é o documento que todos devem participar para construí-lo e colocá-lo em prática. Esse documento deve ser elaborado a partir do diagnóstico da realidade escolar e deve ser conhecido por todos na comunidade escolar.

Os diferentes protagonistas do ato de educar atribuem ao PPP significativa importância na visão de uma gestão democrática, reconhecem que a participação de todos na elaboração, definição de metas e na implementação de ações representa o compromisso de todos nos rumos da escola. Mas, ainda não garantimos que toda a comunidade escolar consiga participar de alguma forma de sua elaboração ou execução, por estarem envolvidos com outras escolas ou trabalhos e até mesmo pelo comodismo de não ser responsabilizado. Entendese que é função da direção e coordenação ampliar essa relação e estes espaços de participação para que todos sintam-se parte importante no sucesso da Educação que queremos e gradativamente é preciso reconhecer a necessidade de instrumentalizá-los, promovendo espaços para discussões e decisões pedagógicas, pois do contrário, não será possível consolidar uma gestão democrática.

Na Escola foco da pesquisa, estão presentes no Projeto Político Pedagógico: Concepções de Avaliação, de Inclusão, de Formação Continuada, de Educação, de Currículo, relacionadas ao Planejamento Escolar. O documento garante a legalidade das ações e orienta para um trabalho coletivo, solidário e participativo, o que não significa que na prática aconteça, ou que ocorra de forma harmoniosa.

A principal dificuldade enfrentada na Instituição é a rotatividade de alguns docentes e a falta de tempo disponível para reuni-los, considerando que atuam em outros estabelecimentos de ensino, dificultando a participação efetiva. Podese afirmar que os profissionais estão cientes de seu papel, mas para conseguir a participação da totalidade do coletivo, ainda temos que superar os obstáculos que persistem e garantir que o processo de construção do PPP, numa concepção de gestão democrática, aconteça de fato. E que esteja constantemente em movimento, pois afinal não é algo pronto e acabado, mas um documento que reflete a prática de tudo que é realizado na escola. A intenção é consolidar espaços de participação, onde o coletivo possa buscar soluções para

os problemas cotidianos da escola, a relação que os alunos estabelecem com o conhecimento, as formas de ensinar e aprender, as novas tecnologias, a falta de estrutura da escola, os problemas no processo de ensino aprendizagem. Estes, dentre tantos outros que o dia a dia impõe a seus pares e que não é possível solucionar isoladamente, mas talvez seja possível na perspectiva do trabalho coletivo, visando a melhoria da qualidade da educação pública ofertada. Dessa forma, o Conselho de Classe deixará de ser um mar de lamentações e ou reprovações e passará a desenvolver o seu verdadeiro potencial: um espaço de discussões para avaliar e reavaliar o trabalho pedagógico desenvolvido, propondo novas ações e mecanismos para enfrentar obstáculos e dificuldades. A participação coletiva somente se concretizará quando todos: profissionais da educação, famílias e alunos conseguirem desenvolver um trabalho educativo capaz de transformar e superar as práticas. O que exigirá dos seus membros compromisso, responsabilidade, ética, conhecimento e atuar com profissionalismo, contribuindo para tomadas de decisões. Muitas vezes a Educação Escolar resume-se em dados quantitativos a serem informados aos educadores, pais e comunidade. Reuniões realizadas para tratar sobre o número de vagas, matrículas, aprovações e reprovações.

Tais momentos limitam a participação da comunidade escolar.

Em uma perspectiva de gestão democrática, o papel dos gestores e equipe pedagógica seria de contribuir para o acesso a informação e integrar a comunidade escolar na construção da identidade da escola, na construção e elaboração do PPP; na elaboração de um plano de ação capaz de abrir possibilidades de participação e atuação de todos, não só para dar “ideias”, mas para planejar junto, compreendendo como funciona o interior da instituição, problematizando com as famílias e alunos o que se espera de cada um dentro desse espaço pedagógico, no que diz respeito ao ensino e aprendizagem, às avaliações, seus resultados e suas expectativas.

Às vezes, tem-se a impressão de que a escola, ou melhor, algumas escolas, não fazem tanta questão de incluir a família, ou não sabem como fazer isto, como envolver a comunidade, a não ser em alguns eventos que são distantes do que de fato é pedagógico. Considerando que é o Conselho de Classe uma instância colegiada importante e amparada legalmente; é imprescindível a compreensão de como desenvolver no interior da escola um trabalho pedagógico

efetivo que se pautar no respeito e que valorize o coletivo no processo educativo, aprimorando, discutindo e decidindo práticas importantes na atuação dos profissionais da escola. É no Conselho de Classe que se dá o grande passo rumo a transformações maiores.

“O conselho de classe é mais um dos mecanismos de participação da comunidade na gestão e no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na unidade escolar. Constitui-se numa das instâncias de vital importância num processo de gestão democrática, pois guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual se desenvolve o processo de trabalho escolar” (DALBEN, 1995, p.16).

Na Escola pesquisada, o Conselho de Classe é realizado bimestralmente, em data prevista no Calendário Escolar, podendo haver tantos conselhos quanto forem necessários, conforme o número de turmas para avaliação e aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem dos alunos. Neste, são analisados os resultados com relação ao desempenho, organização dos conteúdos e encaminhamentos metodológicos. Todas as reuniões do Conselho de Classe são lavradas em ata pelo Secretário, em livro próprio para registro, divulgação ou comunicação aos interessados. É constituído pelo Diretor, Equipe Pedagógica e todos os Professores que atuam numa mesma classe, podendo ainda o Conselho propor medidas que viabilizem um melhor aproveitamento escolar; visando o respeito à cultura do educando, a integração, o relacionamento com os alunos na classe, estabelecer planos viáveis de recuperação, decidir sobre a aprovação e reprovação do aluno que não consiga atingir o mínimo solicitado pelo estabelecimento.

No entanto, é possível ainda perceber que se perdem muitas possibilidades de crescimento, de integração, de diálogo, de trocas de experiências, de discussão das práticas dando visibilidade a falhas que são significativas neste processo educativo. Num dos trechos do registro da ata do conselho de classe de 2015 é possível perceber a maneira tradicional ainda presente na realidade da instituição de Ensino Médio, pois a discussão acontece fazendo referência exclusivamente a médias e frequências, aprovados e reprovados, alguns debates pontuais existem em caso de aluno “problema”, “indisciplinado”, e em nenhum momento há a reflexão do trabalho pedagógico exercido pelo professor. O momento parece se tornar mais um momento de julgamentos e punições, e não de avaliação e auto avaliação. Isto indica a importância de superação dessa prática, a fim de melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem ofertado aos

alunos. Exatamente por ter esta configuração, é que apresenta um conceito distorcido do que realmente deveria ser o Conselho de Classe, ou seja, da sua verdadeira função neste processo. Talvez por este motivo também é que tenha-se tantas evasões, reprovações, um certo distanciamento do pedagógico, falta de responsabilização de atos, atitudes e falhas inconcebíveis com tanta informação e oportunidades.

3.1. POTENCIALIDADES DO CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

O Conselho de Classe Participativo é um mecanismo que fortalece a Gestão Democrática, entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2008, p. 04). O Conselho de Classe Participativo propõe momentos de diálogo, momentos de avaliar e se auto – avaliar, de ter um olhar comprometido para o trabalho pedagógico, para o ensino e aprendizagem, descentralizando “poderes”. Desta forma, atuando de fato, um conselho participativo cumpre o seu papel, abre caminhos para novas possibilidades, mostrando direções para que intervenções e encaminhamentos sejam realizados, no que se refere à metodologia, aos critérios de avaliação e principalmente à prática pedagógica dos envolvidos neste processo e contexto.

Assim, é necessário que a Coordenação Pedagógica estabeleça parcerias, caminhe junto neste processo, lado a lado, contribuindo para efetivação do ensino e aprendizagem e não apenas como profissionais alheios que julgam o trabalho uns dos outros sem conhecimento crítico e reflexivo, sem razão, ou que se sujeitam a passar recados e se transformam em meros espectadores, que não produzem, não somam, apenas esperam.

Atualmente, há muitas reflexões em torno do exercício da coordenação pedagógica, dentre estas, a importância da participação do coletivo na

construção do Projeto Político Pedagógico, num processo de ação e reflexão. Todavia, reitera-se que para isso ser concretizado é necessário conhecimento, teoria e capacidade para colocar a gestão em prática de forma consciente e sem imposição. É o movimento pela busca da democracia, construído coletivamente com suas diversidades culturais, religiosas, sociais e políticas. Percebe-se que o grande desafio é a capacidade de fazer com que a gestão democrática funcione sendo o resultado de um trabalho coletivo. O que exige fazer parcerias, dizer não ao autoritarismo, possibilitando construir caminhos para propor o chamamento da comunidade, o que exige um novo olhar, um novo direcionamento.

É preciso começar para que outros possam ir se inserindo nessa prática, como autores, como conhecedores, como construtores e partícipes de ações em prol da qualidade da educação, do sucesso dos educandos e da valorização dos professores e funcionários.

Logo, os profissionais começarão a compreender que o Conselho de Classe Participativo, apesar de ser mais trabalhoso, oferece para o trabalho pedagógico muito mais vantagens; pois valoriza o trabalho do professor, auxilia no desempenho do aluno, que começa a entender e refletir sobre o seu desempenho, avanços e possibilidades, diminui resultados negativos e contribui para o enfrentamento das dificuldades no âmbito pedagógico.

Portanto, cabe ao profissional Coordenador Pedagógico ter total clareza da sua identidade, atuando com postura, segurança e autonomia, visando colocar em prática ações pautadas no conhecimento; promovendo formação, diálogo, orientações, interação, almejando o acesso, o sucesso e a formação crítica dos educandos. Planejando tempo para atuar junto aos professores e assim propiciar a aproximação desses, discutindo coletivamente problemas, possibilidades e intervenções necessárias ao processo pedagógico. Colaborando para discussões e interações sobre os problemas diagnosticados, para possível resolução de problemas, enriquecimento de conhecimentos, bem como proximidade das questões que envolvem professor x aluno x conteúdo x avaliação, entre outros temas que fazem parte da rotina escolar e requerem um olhar atento do Coordenador Pedagógico.

Há um número significativo de educadores da Escola pesquisada que se encontram desmotivados em relação à prática pedagógica desenvolvida pela Coordenação Pedagógica, concretizada em momentos como o Conselho de

Classe. Entre estes, uma minoria reconhece e sabe que algo precisa mudar, mas não sabem por onde começar e como começar, como lidar com uma situação que já se instalou e como dar o primeiro passo e discutir juntos, civilizadamente, a situação pedagógica da instituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama desvelado até aqui explicita a importância de realizar esse trabalho e intervir nesse espaço educativo. Durante o exercício da profissão, foi possível vivenciar muitas questões colocadas por Dalben (1995; 2004), pois gestão democrática é um conceito bem trabalhado na teoria, mas que remete a muitas reflexões, e, na prática, é preciso admitir que é um desafio muito grande e por vezes desgastante. Dependendo da realidade escolar em que o trabalho pedagógico é desenvolvido, visto que as relações de poder indicam a necessidade de um olhar pedagógico balizado na reflexão crítica, na observação da realidade para ter condições de intervir e mediar a forma de avaliar e de ser avaliado, o que exige formação contínua da Coordenação Pedagógica.

O Conselho de Classe, muito mais que um momento de decisões, é o conhecimento da realidade, conhecimento do aluno, do professor, da escola, da gestão, pois não basta ser autossuficiente em teorias e em termos científicos, é preciso comprometimento com o todo.

E isso é reconhecer um trabalho que contribua para o desenvolvimento do potencial do aluno, onde todos os envolvidos são responsáveis pela aprendizagem, onde todos consigam avaliar as dificuldades, as potencialidades e as soluções, ou seja, os caminhos que poderão ser destinados a cada situação. O Conselho de Classe nas escolas é muito importante para todos, pois é o momento para discutir situações quantitativas e qualitativas dos alunos, porém, ficar somente na discussão acerca do aluno, de suas médias, de seus problemas e pouco ou quase nada se discutir ou se propor em relação ao trabalho do professor em sala de aula, em relação à sua metodologia, é desperdiçar o potencial desse espaço e desse momento. Seria perder uma excelente oportunidade de discutir e debater possíveis transformações da prática pedagógica em sala de aula.

Apesar de compreender a responsabilidade nesse processo, a equipe pedagógica isoladamente não superará as falhas e a necessidade de mudanças. É necessário que seja de fato participativo e não um momento que exclui, que seleciona e que alunos culpabilizam professores e professores culpabilizam alunos.

Como fonte de comparação, considera-se importante relatar experiência vivenciada no âmbito letivo de 2015, por esta pesquisadora, em outro Colégio da Rede Pública Estadual do interior do Paraná, do mesmo município, vivência esta em uma instituição que adotou, de fato, o Conselho de Classe Participativo, em toda a sua dimensão transformadora. Durante o decorrer deste ano, a autora teve oportunidade de atuar neste Colégio onde a prática do Conselho de Classe Participativo já é uma realidade e já está consolidada entre a comunidade escolar. O colégio conseguiu concretizar a participação da comunidade no Pré - Conselho de Classe Participativo, por turma e turno, o qual seguiu alguns passos na sua organização: No 1º trimestre não foi utilizado fichas. Foram reunidos os educadores, os pais, os educandos, a equipe pedagógica, a direção e funcionários para realizar uma análise do processo educativo, onde cada educando e educador fez uma auto avaliação e avaliaram os educadores, a metodologia, a participação, a organização, os tempos de aula, de leitura e a partir desta avaliação foram realizadas discussões e encaminhamentos

necessários para que possa amenizar ou sanar os problemas/queixas analisados neste trimestre. Para firmar o compromisso de todo o coletivo com os combinados, o Pré Conselho de Classe foi registrado em ata própria. No dia do Conselho de Classe a discussão foi ampliada e o compromisso educativo tomou uma dimensão maior. Assim, foi produzido um plano de ação com encaminhamentos, onde todos estão envolvidos em prol de uma educação de qualidade que visa a formação de um educando crítico, reflexivo e participativo. Cabe ressaltar que não citaram-se notas, e sim, discutiram-se o próprio processo de aprendizagem, de leitura, de escrita e de resolução de problemas, de realização de tarefas, a concentração, a disciplina, o planejamento, o momento de leitura, algumas particularidades que geram conflitos na sala de aula, autoridade e firmeza do professor ao invés de autoritarismo, plano de ação onde constam projetos de oficinas que contribuem para o processo pedagógico como: Oficina de Arte, Oficina de Gênero, Oficina de Música.

Ainda há muito que melhorar nesse processo, mas aceitar o desafio de realizar um conselho de classe cada vez mais democrático e participativo poderá ser a forma de superação de muitas das dificuldades encontradas na sala de aula atual. Quanto às fichas de Conselho de Classe, foi adotada uma com perguntas simples e diretas, onde todos colocam os pontos positivos e negativos do processo e a partir daí geraram-se as discussões. A responsabilidade pelo sucesso não é exclusivamente da direção ou do professor isolado ou ato meramente burocrático, é tarefa de todos os educadores.

Assim, será possível construir uma concepção de Conselho de Classe, de avaliação, de aprendizagem e de gestão que responsabilize a atuação de todos os envolvidos. Nem gestor, nem coordenador centralizam tudo em suas mãos, mas compartilham conhecimento, oferecem segurança no que fazem e incentivam a continuidade de práticas pedagógicas efetivas. Envolve-se no processo e torna-se parte do sucesso educativo dos educandos .

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: julho de 2016.

BRASIL, MEC. **Lei nº9394/1996** – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: fevereiro de 2016.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. 3ª ed. Campinas-SP, Papirus, 1995.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação**. Perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas-SP, Papirus, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa (1997). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

OLIVEIRA, J. F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F.. **Gestão escolar democrática**: definições, princípios e mecanismos de implementação. Sala Ambiente Políticas e Gestão na Educação. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Escola de Gestores da Educação Básica. 2. Ed. CD 1. MEC, 2008.

PARO, Vitor Henrique et al. A escola pública de tempo integral: universalização do ensino e problemas sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.65, maio 1988.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2004.

SOUZA, A.R. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.25, n.03, p.123-140, dezembro, 2009.

